

FGV Justiça realiza mesa-redonda sobre Consensualidade e Sistema de Justiça

No dia 22 de março de 2024, o Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário – FGV Justiça promoveu uma mesa-redonda com o tema “Consensualidade e sistema de justiça: como estamos e onde precisamos chegar?”, presidida pelo ministro do STJ, Paulo Sérgio Domingues.

O evento foi prestigiado pelos ministros do STJ Antonio Carlos Ferreira, Antonio Saldanha Palheiro e Marco Aurélio Bellizze, além dos desembargadores federais Marcus Abraham, Theophilo Miguel e Flavio Boson, dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Henrique de Andrade Figueira e Humberto Dalla, dos membros do Ministério Público do Rio de Janeiro José Marinho, Antônio José Moreira Campos e Rodrigo Maia, do presidente da OAB-RJ Luciano Bandeira, dos advogados Pedro Palheiro, Gustavo da Rocha Schmidt, Flávio Mirza, Luiz Henrique de Souza, Luis Felipe Salomão Filho, Thiago Gonzalez, da sócia do BTG Pactual Bruna Marengoni e dos pesquisadores da FGV Justiça Fernanda Bragança, Renata Braga, Camila Lannes e Thiago Serrano.



As pesquisadoras Fernanda Bragança e Renata Braga apresentaram algumas pesquisas do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário – FGV Justiça que aprofundaram sobre a temática da consensualidade.

O ministro Antonio Carlos Ferreira fez uma fala inaugural sobre o histórico legislativo da conciliação e

arbitragem no Brasil. O ministro Paulo Sérgio abriu a discussão com uma exposição que destacou dados quantitativos de processos no Judiciário brasileiro. Ele enumerou algumas experiências exitosas de consensualidade na justiça, como na Caixa Econômica Federal, e ressaltou a importância do consenso em áreas como a previdenciária e a tributária.

O ministro Marco Aurélio Bellizze reforçou que a busca por uma maior eficiência do sistema de justiça demanda uma maior opção por métodos adequados de solução de conflitos. O ministro Antonio Saldanha Palheiro salientou que o maior desafio é a mudança de mentalidade de todos os profissionais que atuam no Judiciário.

O desembargador federal e coordenador acadêmico da FGV Conhecimento Marcus Abraham acentuou que as execuções fiscais são responsáveis por uma taxa de congestionamento de cerca de 88% e elencou diversas normativas que incentivam a transação tributária.

O desembargador federal Theophilo Miguel frisou que esse quadro de litigância excessiva no sistema de justiça brasileiro é endêmico. O desembargador federal Flávio Boson sugeriu a implementação de iniciativas consensuais voltadas para o INSS.

Os membros do Ministério Público do Rio de Janeiro Antônio José Moreira Campos e José Marinho trataram dos acordos de não persecução penal e alguns aspectos da celebração de acordos pelo MP.

O presidente da OAB-RJ Luciano Bandeira sublinhou que a formação dos advogados precisa de uma mudança realmente apta a contemplar a prática de métodos adequados de solução de conflitos. O advogado Luis Felipe Salomão Filho abordou as ações anulatórias de arbitragem e a necessidade de pesquisas nessa área. O advogado Pedro Palheiro focalizou sua experiência na Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro com as Câmaras especializadas em saúde. O advogado Thiago Gonzalez destacou aspectos da audiência de mediação e conciliação, com previsão no art. 334 do Código de Processo Civil. A sócia do BTG Pactual Bruna Marengoni destacou questões relacionadas ao setor bancário.